

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Especialista na Educação Administrador

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação de qualidade é investimento essencial de uma nação.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Pensamento crítico de José Saramago

Brilhante provocador intelectual, consciência insatisfeita, duro polemista e detonador de conformismos, além de refinado analista e observador atento de seu tempo, o escritor português José Saramago assumiu, com visível energia a partir da década de 1990, a função crítica do homem de cultura envolvido pelo pulsar de seu tempo. Concernido pelo mundo e pela natureza do ser humano, empreendeu a tarefa de desestabilizar, mediante o questionamento, uma realidade social que julgou opaca, confusa e injusta.

Saramago destacava “a necessidade de abrir os olhos” e, como Aristóteles, apegava-se à obrigação de elevar o julgamento ao nível da maior lucidez possível. Essa busca exigente das facetas ocultas da verdade – “as verdades únicas não existem: as verdades são múltiplas, só a mentira é global”, garante – o conduziria a explorar o outro lado do visível, circulando por caminhos que escapavam ao costume. Tratava-se, em resumo, de procurar enxergar com clareza, para o que se tornava iniludível a tarefa de revelar e resgatar as omissões. Iluminar e desentranhar o real constituía uma aspiração central de seu pensamento.

*Com base nesses pressupostos, enfrentou o que chamava **pensamento único** – ou **pensamento zero**, como também o qualificava – opondo-lhe a resistência de uma autêntica barricada moral e intelectual. Suas visões alternativas foram expressas com a clareza e a autonomia de um livre-pensador que reage contra as deformações dos mitos e as limitações das versões oficiais. Praticou, como o filósofo francês Voltaire, a dúvida sistemática, reagindo com firmeza à indolência da frase que diz “sábio é aquele que se contenta com o espetáculo do mundo”, defendida pelo poeta Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa.*

(Comentário sem indicação autoral ao livro **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 453-454)

1. No 2º parágrafo do texto, a “necessidade de abrir os olhos”, tão valorizada por Saramago, indica que ele
 - (A) considera insuficiente a visão já constituída das coisas, o que torna premente a busca da verdade nas facetas ocultas do real.
 - (B) recomenda a quem queira compreender o mundo a busca da verdade das coisas nas formas sob as quais elas se apresentam.
 - (C) aceita que a globalização da mentira se deve ao fato de que ela goza de mais prestígio em nossa época do que a busca da verdade.
 - (D) reluta em comungar com a tese daqueles que acreditam estar a verdade das coisas mais no que elas ocultam do que no que elas mostram.
 - (E) prefere investir mais na clareza do senso comum do que no esforço de desentranhar das coisas um significado mais complexo que nelas se oculta.

2. No 3º parágrafo do texto, o filósofo Voltaire e o poeta Ricardo Reis são citados de modo a
 - (A) apresentar duas posições complementares, no que diz respeito a atitudes a serem tomadas diante do espetáculo do mundo.
 - (B) valorizar sobremaneira a discricção dos poetas, notadamente mais consequente do que a dúvida dos filósofos.
 - (C) mostrar como antagônicas a desconfiança filosófica e o sábio prazer de quem se satisfaz com o mundo.
 - (D) contrastar a restrição do conhecimento que está na dúvida e a inteireza do saber que não teme a indolência.
 - (E) equiparar a vantagem que está no conformismo com o relativo sucesso de quem cultiva a dúvida como método.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *envolvido pelo pulsar de seu tempo* (1º parágrafo) = emerso das atribuições de sua época.
 - (B) *facetas ocultas da verdade* (2º parágrafo) = nuances simuladas do conhecimento.
 - (C) *resgatar as omissões* (2º parágrafo) = cumprir os desfalques.
 - (D) *iluminar e desentranhar o real* (2º parágrafo) = esclarecer e desvendar a realidade.
 - (E) *autêntica barricada moral* (3º parágrafo) = genuína acomodação da ética.



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Por traz da visibilidade do real há aspectos que seriam necessários também considerar para se ter dele um dimensionamento mais eficaz.
 - (B) Ao se opor ao chamado pensamento único, Saramago quer ressaltar a importância de se levar em conta uma visão alternativa da realidade.
 - (C) É comum que se credite ao pensamento zero as supostas vantagens que no senso comum haveriam de ter sobre o senso crítico.
 - (D) Sensível à pressões de seu tempo, Saramago soube fazer de sua literatura um exercício crítico à que não há de faltar análises fundas da realidade.
 - (E) Os versos de Ricardo Reis espelhariam uma atitude da qual Saramago não concordaria, haja visto suas posições combativas.
-
5. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) A dúvida sistemática a que se entregou Saramago em seus textos mais maduros parecem derivar de suas leituras de Voltaire.
 - (B) A poucas pessoas costumam ocorrer que os dados da realidade vivem muito mais de uma aparência de verdade por trás da qual se oculta a verdade efetiva.
 - (C) Assim como Aristóteles se empenhava na clareza do pensamento, assim também sucedem aos grandes escritores espelhar-se na filosofia clássica.
 - (D) Em mais de um texto Saramago defendeu a ideia de que a História não é mais que uma narrativa parcial, uma vez que faltariam aos fatos a versão dos derrotados.
 - (E) Enquanto não se fazem as análises possíveis de um acontecimento, é importante que se desconfie das omissões e lacunas de quem o registra.
-
6. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos verbais na frase:
- (A) Não fosse Saramago um escritor tão atento às nuances do real, sua prosa de ficção não haveria de granjear tantos admiradores.
 - (B) A frase de Ricardo Reis houvesse de ter soado mal para um outro escritor que preferisse investir em posições mais críticas.
 - (C) Quem vier a se empenhar na prática da dúvida sistemática estará mais perto de reconhecer o que os fatos costumam ocultar.
 - (D) O relato dos fatos históricos passados evidencia que os vitoriosos determinassem o seu significado.
 - (E) Sempre que alguém ultrapasse as limitações do senso comum teria verificado quão mais complexos são os fatos tidos como consumados.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Pensando a “motivação”

*Já é um lugar-comum dizer que a **motivação** é um elemento importantíssimo na tarefa de educar. “Motivar o aluno” é uma operação vista como a chave essencial do processo. Mas é preciso ter cautela quanto ao que se entende, afinal, por **motivação**. Se ela quer dizer algo como “corresponder a desejos ou expectativas existentes no aluno”, então não será mais do que o atendimento ao que, no fundo, já está motivado. Talvez seja o caso de aceitar que a surpresa, o passo desconhecido e o impacto do estranhamento podem ser estimulantes para o jovem se defrontar exatamente com o que é diferente do que ele já tem. Em vez de acionar nele os mecanismos de atendimento ao que já lhe interessa, não será melhor fazê-lo trilhar um caminho inédito e desafiador?*

*O sentido de motivar pode ser bastante conservador, ao acionar valores já mecanizados de um sistema. Começam a surgir assertivas como “isto seria mais próprio para crianças acima de dez anos” ou “os jovens de hoje preferem ouvir tal tipo de música”. Se seguirmos por esse caminho, estaremos apenas confirmando um gosto já estabelecido. A única condição que existe para se abonar o termo **motivação** está no aproveitamento da ideia de **motivo** como uma oportunidade de mover o aluno para bem mais adiante do lugar que ele próprio já determinou para instalar suas expectativas.*

(Perivaldo Ramon Gutierrez, inédito)

7. O autor do texto defende a posição segundo a qual uma motivação positiva e desejável é aquela que
- (A) repercute imediatamente no educando por já estar representada dentro dele.
 - (B) atrai o jovem para valores sedimentados nos usos e costumes de uma cultura.
 - (C) propicia ao aluno a confirmação prática das expectativas que ele alimenta na teoria.
 - (D) desafia o estudante a se confrontar com valores de cuja existência sequer suspeitava.
 - (E) afasta o aluno de suas obsessões próprias para conduzi-lo por caminho mais seguro.



8. Considerando-se o contexto, estabelecem entre si uma relação de **oposição** os seguintes segmentos do texto:
- (A) *corresponder a desejos / expectativas existentes* (1º parágrafo).
 - (B) *mecanismos de atendimento / caminho inédito* (1º parágrafo).
 - (C) *já está motivado / já lhe interessa* (1º parágrafo).
 - (D) *valores já mecanizados / instalar suas expectativas* (2º parágrafo).
 - (E) *mover o aluno / bem mais adiante do lugar* (2º parágrafo).
-
9. Traduz-se em linguagem clara, correta e coerente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *Já é um lugar-comum dizer que a **motivação** é um elemento importantíssimo* = É normal afirmar que o bom senso estabelece a importância preliminar da motivação.
 - (B) *é preciso ter cautela quanto ao que se entende, afinal, por **motivação*** = acautelar-se quanto ao que entendemos por motivar é o cuidado que precisamos.
 - (C) *A única condição que existe para se abonar* = A condicionante excludente para se remunerar.
 - (D) *Começam a surgir assertivas como* = Introduz-se então afirmações taxativas tipo assim.
 - (E) *acionar nele os mecanismos de atendimento ao que já lhe interessa* = estimular nele as razões de interesse que ele já tem.
-
10. O **verbo** indicado entre parênteses, ao flexionar-se, deverá concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) É preciso que se (**atender**) os interesses que ainda não estejam prescritos pelo senso comum.
 - (B) O que (**dever**) motivar um aluno são as expectativas que ainda não foram bem assimiladas por ele.
 - (C) Entre as assertivas que (**fazer**) constar no texto, o autor se valeu de algumas já bastante consagradas.
 - (D) O autor deseja distinguir entre os vários sentidos que se (**atribuir**) à motivação.
 - (E) Aos caminhos já percorridos (**cumprir**) opor as trilhas do que é novo.
-

Legislação

11. A União, em matéria de educação, tem responsabilidades partilhadas com Estados e Municípios. Além de organizar e manter o sistema federal de ensino, deve atuar na função redistributiva e supletiva. A função redistributiva está baseada no princípio da
- (A) equidade
 - (B) acessibilidade.
 - (C) legalidade.
 - (D) simetria.
 - (E) isonomia.
-
12. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo de política
- (A) reguladora do padrão de qualidade da merenda fornecida por Estados, Municípios e cantinas escolares.
 - (B) focada, voltada para populações vulneráveis que frequentam as escolas públicas de educação básica.
 - (C) suplementar, voltada para efetivar o dever do Estado em garantir o direito à educação escolar.
 - (D) de educação alimentar a ser desenvolvida nas escolas de educação básica.
 - (E) estimuladora de hábitos de alimentação saudável nas famílias para o pleno desenvolvimento dos estudantes.
-
13. O direito à Educação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura à criança e ao adolescente
- (A) bolsa de estudo, sempre que a família provar insuficiência de recursos.
 - (B) merenda escolar com produtos orgânicos.
 - (C) participar das atividades extraclasse sem ônus para a família.
 - (D) acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
 - (E) acesso gratuito a cinemas, teatros e museus.
-
14. A professora de uma pré-escola percebeu durante as aulas da semana um comportamento incomum em uma das crianças. De muito alegre, ela passou a choramingar com frequência, parecendo estar com dores e assustada. Ao se aproximar da criança observou que nela havia hematomas nas pernas e nos braços. Sem saber o que fazer, a professora nada perguntou à criança e retomou as atividades do dia. Tendo em vista as responsabilidades dos educadores relativamente à proteção da criança e do adolescente previstas no ECA, a atitude da professora nesse caso foi
- (A) correta, uma vez que não houve reclamação da criança sobre o ocorrido.
 - (B) de omissão, caracterizada como uma infração administrativa.
 - (C) cruel e de falta de humanidade com semelhante indefeso.
 - (D) de preservar a criança à exposição pública vexatória.
 - (E) criminosa por não levar a suspeita ao conhecimento da direção da escola.
-



15. Nos termos da LBD, o Conselho Escolar
- (A) consolida seu trabalho pela atuação específica dos profissionais da educação e não dos pais, pois estes não possuem o conhecimento pedagógico necessário para a elaboração de um projeto educativo.
 - (B) constitui-se numa forma de organização institucional que depende, principalmente, da direção da escola e da equipe técnica da Secretaria de Educação.
 - (C) constitui um importante espaço para fortalecer a gestão escolar participativa e a elaboração do projeto pedagógico da escola.
 - (D) atua colegiadamente, com a participação de toda a comunidade escolar, mas onde a direção da escola tem a responsabilidade de resolução dos problemas da escola.
 - (E) constitui um espaço institucional onde a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar da escola é dividido entre todos os segmentos.
-
16. “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” A LDB regulamenta a
- (A) educação familiar e comunitária além da educação escolar.
 - (B) educação não formal que ocorre nas relações sociais.
 - (C) formação permanente da pessoa desde o nascimento e ao longo da vida.
 - (D) formação do caráter, dos hábitos e das atitudes.
 - (E) educação escolar que ocorre em instituições próprias, por meio do ensino.
-
17. Dentre as responsabilidades expressas na LDB, são responsabilidades coletivas do grupo docente:
- (A) participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, dos períodos de planejamento, avaliação e formação continuada em serviço.
 - (B) elaborar e cumprir plano de trabalho da sua turma, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 - (C) ministrar os dias letivos, registrar a frequência dos alunos e zelar pela sua aprendizagem.
 - (D) administrar o pessoal da escola e seus recursos materiais e financeiros, além de elaborar os planos de ensino.
 - (E) notificar o Conselho Tutelar do Município a relação de alunos com frequência irregular.
-
18. *Os direitos fundamentais são os direitos do ser humano, reconhecidos e positivados na esfera jurídica de determinado país, como o Brasil, enquanto os direitos internacionais se referem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com uma determinada ordem institucional, sendo válidos para todos os homens em todos os tempos.*
- Essa concepção se refere, respectivamente, aos direitos previstos na
- (A) Declaração dos Direitos do Homem e da Mulher e na Declaração de Igualdade e Inclusão Social.
 - (B) Constituição dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal do Brasil.
 - (C) Declaração Nacional de Inclusão Social e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 - (D) Declaração dos Direitos do Cidadão e no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - (E) Constituição Federal do Brasil e na Declaração Universal de Direitos Humanos.
-
19. Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, a população negra tem direito à participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.
- São providências para o cumprimento deste disposto:
- I. Promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer.
 - II. Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade.
 - III. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, apenas.
-
20. Uma das medidas socioeducativas previstas no ECA é a Liberdade Assistida. O objetivo maior desta medida é
- (A) limitar a liberdade de infratores após a saída da unidade correcional.
 - (B) o acompanhamento do adolescente e a orientação deste.
 - (C) a vigilância do menor por meio de equipamentos tecnológicos.
 - (D) a reeducação do infrator por meio do trabalho disciplinado assistido.
 - (E) obrigar a escola a receber estudantes em conflito com a lei.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Os fenômenos do clima e da cultura organizacional são amplamente estudados pela literatura especializada, em razão da repercussão na atuação das organizações. Nesse contexto, os denominados pressupostos básicos correspondem
- (A) aos aspectos mais visíveis e abertos da cultura organizacional e que comportam clara identificação e visualização por terceiros que não a integram.
 - (B) aos fundamentos de ambos os fenômenos, ou seja, os aspectos comunicáveis entre a cultura e o clima vigentes na organização.
 - (C) aos elementos do clima organizacional que decorrem de aspectos inerentes à dinâmica do grupo que integra a organização.
 - (D) ao nível mais profundo da cultura da organização, mais fechado, como, por exemplo, as crenças e percepções comuns a seus integrantes.
 - (E) aos eventos indutores de um clima organizacional positivo ou negativo, representados pelos valores predicados pela organização.
-
22. Uma das teorias clássicas que pretendem explicar o fenômeno da motivação no ambiente corporativo é a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, cujo expoente é Abraham Maslow, que, entre seus principais conceitos, sustenta que
- (A) as necessidades dos indivíduos foram sofrendo variação e evolução no tempo, de forma que as mais contemporâneas, relacionadas à qualidade de vida, suplantam as mais antigas, de mero sustento financeiro.
 - (B) as necessidades dos indivíduos seguem uma escala de importância que formam uma pirâmide, estando no topo as necessidades de autorrealização e na base aquelas ligadas à própria subsistência.
 - (C) a motivação pode ser fomentada mediante a indução de necessidades específicas aos indivíduos, como as de protagonismo e sucesso pessoal, havendo ferramentas específicas para propiciar essa dinâmica.
 - (D) o que motiva cada indivíduo varia de acordo com a escala de valores pessoal e a correspondente hierarquia de importância que atribuem à satisfação de cada um deles.
 - (E) os indivíduos podem ser “ranqueados” de acordo com o potencial inato de cada um para a automotivação, cabendo aplicar maior esforço em medidas motivacionais àqueles que se situam na base da pirâmide que represente essa graduação.
-
23. Entre as abordagens mais contemporâneas sobre a liderança no âmbito das organizações, emerge o conceito de liderança transacional, a qual
- (A) busca a transformação dos liderados com a superação de dificuldades e desenvolvimento de habilidades individuais.
 - (B) também conhecida como carismática, baseada nas características de personalidade do líder.
 - (C) é baseada na troca, na qual os liderados alcançam benefícios em função do atingimento dos objetivos indicados pelo líder.
 - (D) é referenciada ao ambiente no qual a organização se insere, com a adequação do estilo do líder ao momento vivenciado.
 - (E) propõe a modulação da atitude do líder às características do grupo e não às tarefas executadas.
-
24. Suponha que o Município tenha celebrado contrato para a reforma de uma unidade escolar, com o objetivo de que a mesma possa comportar, adequadamente, seus 300 alunos regularmente matriculados. Contudo, no curso da execução do contrato, defrontou-se com a necessidade de ampliação para que o edifício pudesse atender a um número maior de alunos, em decorrência de significativo aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, o Município
- (A) poderá introduzir as modificações necessárias no contrato, desde que altere o projeto e conte com a concordância do contratado.
 - (B) não poderá aditar o contrato em curso, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (C) somente poderá alterar unilateralmente o contrato, mediante aditamento, até o limite de 25% de seu objeto.
 - (D) poderá ampliar, unilateralmente, os quantitativos contratados, até o limite de 50% do valor original atualizado.
 - (E) poderá aditar o contrato, sem limitação de valor ou quantidade, desde que comprovado fato superveniente e mantidos os mesmos custos unitários.
-
25. Considere que a Secretaria da Educação necessite adquirir insumos para preparação da merenda dos alunos, entre os quais frutas e verduras. Em se tratando de produtos perecíveis, a autoridade encarregada das compras considerou juridicamente possível efetuar as compras sem prévio procedimento licitatório, pelo preço do dia. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, a dispensa de licitação afigura-se juridicamente
- (A) incabível, salvo em situação de emergência ou calamidade pública, devidamente comprovada.
 - (B) cabível, desde que durante o tempo necessário para a realização do correspondente procedimento licitatório.
 - (C) cabível, apenas se as compras forem realizadas sob o regime de adiantamento, observados os preços de mercado.
 - (D) incabível, salvo se houver ata de registro de preços em vigor, que poderá ser utilizada para fins de dispensa do procedimento licitatório cabível.
 - (E) cabível, desde que configurada inviabilidade de competição pela existência de menos de 3 produtores locais.



26. Considere que a Administração municipal necessite adquirir diversos computadores para unidades da rede de ensino e tenha instaurado o competente procedimento licitatório para efetuar tais aquisições. Todavia, temerosa de que o contratado não cumpra o cronograma de entregas previsto no Edital, introduziu no referido instrumento convocatório a exigência de garantia de execução do contrato, em valor correspondente a 5% do valor estimado da contratação. Tal exigência, contudo, foi impugnada pelos licitantes, que alegaram a falta de amparo legal e o caráter restritivo à ampla competição. Tendo em vista a disciplina do tema pela Lei nº 8.666/1993, tal impugnação afigura-se
- (A) improcedente, eis que a legislação autoriza a exigência no limite previsto, podendo, inclusive, ser ampliado para 10% nas contratações e fornecimentos de grande vulto.
 - (B) procedente, pois embora adequado o limite, a legislação apenas autoriza a exigência de garantia de execução em contratos de obras.
 - (C) procedente, eis que o limite de garantia de execução contratual é de 1% do valor estimado do contrato.
 - (D) improcedente, eis que a exigência de garantia é prerrogativa da Administração, no limite que considerar necessário, salvo para contratos de prestação de serviços.
 - (E) procedente, pois não é juridicamente admissível a exigência de prestação de garantia pelos contratados, salvo quando identificado risco de insolvência.
-
27. Considere que, no curso da execução de um contrato de prestação de serviços de vigilância firmado por um órgão da Administração municipal, tenha sobrevivido desoneração tributária que reduziu os encargos do contratado em relação ao preço ofertado. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) somente caberia reequilíbrio econômico-financeiro a favor da Administração municipal se a desoneração fosse relativa a tributos municipais.
 - (B) descabe reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, eis que tal instituto somente é aplicável em favor do contratado.
 - (C) cabe reequilíbrio econômico-financeiro a favor da Administração, mediante aditivo contratual, para adequação do preço contratado de molde a manter a equação econômico-financeira vigente à época da apresentação da proposta.
 - (D) não há que se falar em reequilíbrio econômico-financeiro, pois este somente é cabível quando a alteração de custo decorra de acréscimos ou supressões de encargos impostos pela contratante.
 - (E) o contrato deverá ser aditado para ampliação quantitativa do objeto, de molde a adequar seu valor global aos custos globais atuais da contratada, não sendo viável a redução do preço contratado.
-
28. A legislação federal introduziu uma série de disposições voltadas ao tratamento diferenciado à microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive no que concerne ao acesso aos mercados e contratações públicas, aplicável também aos Municípios enquanto não sobrevier legislação específica do ente. Entre tais disposições insere-se a obrigatoriedade de
- (A) dispensar o cumprimento de requisitos de habilitação para microempresas e empresas de pequeno porte, em certames que não envolvam alta complexidade na execução do objeto.
 - (B) exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços.
 - (C) estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 50% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
 - (D) estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 25% do melhor preço válido.
 - (E) realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.
-
29. As sanções administrativas previstas na Legislação relativa à licitações e contratos administrativos, aplicáveis aos licitantes e contratados
- (A) somente são aplicáveis se identificada conduta fraudulenta ou má-fé por parte do licitante ou contratado.
 - (B) limitam-se a aplicação de advertência e multa, aplicadas, obrigatoriamente, nesta ordem.
 - (C) não podem implicar efeito pecuniário, limitando-se a medidas administrativas.
 - (D) podem culminar com a imputação, pela autoridade responsável, de pena por ato de improbidade.
 - (E) incluem, como modalidade mais gravosa, a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração.



30. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, a anulação de um procedimento licitatório em curso
- (A) não é possível se já ultrapassada a fase de habilitação, que implica em saneamento das eventuais falhas.
 - (B) é cabível por razões supervenientes de interesse público, devidamente comprovadas.
 - (C) é obrigatória, por ato da autoridade competente, se constatada ilegalidade.
 - (D) somente é possível judicialmente, por provocação dos interessados ou da própria Administração.
 - (E) não é juridicamente possível, violando os direitos subjetivos dos licitantes e a vinculação ao instrumento convocatório.
-
31. Considere que o órgão responsável pelo controle interno da Administração municipal tenha identificado ilegalidades praticadas em determinada Secretaria, consistente no superfaturamento de contratos firmados para manutenção de equipamentos de informática. Considerando as disposições constitucionais aplicáveis, o responsável pelo controle interno
- (A) deverá comunicar a ocorrência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias no âmbito do controle interno.
 - (B) somente poderá adotar medidas preventivas para as próximas contratações, cabendo o controle de legalidade *a posteriori* exclusivamente ao Tribunal de Contas, na condição de órgão responsável pelo controle externo.
 - (C) poderá determinar a sustação do contrato, mediante prévia solicitação à Câmara Municipal, com comunicação simultânea ao Tribunal de Contas.
 - (D) possui a prerrogativa de determinar a sustação do contrato, afastando, em tal hipótese, o controle externo a cargo do Tribunal de Contas.
 - (E) não possui qualquer ação sobre tal circunstância, eis que sua atuação se limita a controle de aspectos contábeis.
-
32. A licitação na modalidade pregão eletrônico possui algumas peculiaridades em relação a outras modalidades, entre as quais se insere:
- (A) vedação a exigência de apresentação de garantia de proposta pelos licitantes.
 - (B) impossibilidade de os licitantes apresentarem recursos em relação à classificação das propostas.
 - (C) ausência de fase de habilitação dos licitantes, com vedação a exigências de capacidade econômico-financeira.
 - (D) possibilidade de contratações simultâneas, com os 3 melhores classificados.
 - (E) possibilidade, a critério do pregoeiro e desde que devidamente justificada, de inversão de fases, com abertura da proposta comercial antes dos documentos de habilitação.
-
33. A adoção do sistema de registro de preços para aquisições, de acordo com as disposições legais aplicáveis,
- (A) obriga todos os órgãos que aderirem a ata de registro de preços a efetuarem as aquisições de acordo com os quantitativos informados.
 - (B) somente é possível para bens e serviços de natureza comum, com a adoção obrigatória da modalidade pregão.
 - (C) não enseja obrigatoriedade de assinatura de contrato por parte dos fornecedores com preços registrados, mas apenas a preferência para aquisições futuras.
 - (D) possibilita compras sucessivas, com base no preço estabelecido na correspondente ata de registro de preços, com validade de até 1 ano.
 - (E) somente é aplicável para determinados produtos, em razão de sua especificidade e falta de padronização como medicamentos e insumos de informática.
-
34. No que concerne à administração de materiais no âmbito das organizações, mais especificamente à atuação de gestão de estoques, existem alguns indicadores clássicos e ordinariamente utilizados. Entre tais indicadores, pode-se citar o de cobertura de estoque, por vezes denominado taxa de cobertura, que corresponde
- (A) aos itens cuja reposição é mais onerosa e que devem, assim, ser solicitados apenas quando efetivamente demandados, dentro do conceito de *just in time*.
 - (B) ao número de vezes que o estoque de determinado item de material é renovado, em determinado período.
 - (C) ao indicador responsável por aferir o percentual de requisições dos demais setores da organização que são atendidas com relação ao total de requisições.
 - (D) aos itens do estoque que demandam maior reposição em função de sua relevância na produção.
 - (E) ao período que o estoque médio será capaz de atender à demanda média, caso não haja reposição, sendo, assim, também denominado antígrafo.



35. Os métodos e ferramentas comumente utilizados para classificação de materiais, baseiam-se em diferentes critérios, com o necessário suporte em estudos técnicos. Entre tais ferramentas, a Classificação XYZ baseia-se
- (A) no encadeamento cronológico da utilização dos materiais, priorizando o controle daqueles que se situam no início da cadeia produtiva.
 - (B) na importância financeira do material no custo de produção do bem ou serviço final prestado pela organização.
 - (C) no grau de imprescindibilidade do material ou criticidade para organização em face da falta do mesmo.
 - (D) na perecibilidade do material, dando especial atenção àqueles que não podem ser mantidos em estoque por longo tempo.
 - (E) apenas nas 3 categorias de itens mais consumidos pela organização, propondo a manutenção de um estoque reduzido.
-
36. Considere que o gestor de uma empresa deseje aumentar o grau de alavancagem operacional da mesma, o que significa que pretende
- (A) aumentar o Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda (LAJIR ou EBIT), aumentando a receita operacional sem que os custos fixos sofram alterações.
 - (B) reduzir o grau de dependência de capital de terceiros, aumentando a participação de capital próprio na produção.
 - (C) ampliar a participação dos custos fixos na geração de caixa, investindo na aquisição de ativos.
 - (D) buscar mecanismos para aumentar a rentabilidade dos sócios com a utilização de capital de terceiros.
 - (E) introduzir melhorias em seu ativo permanente, de forma que os custos fixos e variáveis da empresa atinjam a mesma relação na produção de receita operacional.
-
37. Suponha que determinada empresa controlada pelo Município de Macapá pretenda recrutar os melhores profissionais possíveis para ocupar alguns cargos estratégicos de assessoramento, criados por lei como de livre provimento. As ações que poderá empreender na etapa de recrutamento
- (A) são exclusivamente externas, com a utilização de ferramentas de divulgação e captação de talentos.
 - (B) são de âmbito externo e interno e precedem a etapa de seleção para os cargos.
 - (C) são exclusivamente internas, e podem se dar na forma de promoção ou progressão.
 - (D) sucedem a etapa de seleção e dizem respeito à negociação quanto a salários e benefícios.
 - (E) envolvem as de natureza prospectiva e as confirmativas para a contratação, como testes e entrevistas.
-
38. Entre as técnicas de treinamento e desenvolvimento aplicadas no âmbito das organizações, pode-se citar aquela que implica a elevação das responsabilidades e desafios do cargo, que pode ser vertical, com a adição de responsabilidades de nível de complexidade mais elevado, ou horizontal. Trata-se de
- (A) *mentoring*.
 - (B) rotação de cargos.
 - (C) *coaching*.
 - (D) enriquecimento de cargos.
 - (E) *role playing*
-
39. A abordagem estrutural para o gerenciamento de conflitos em uma organização preconiza
- (A) a atuação no episódio do conflito, reduzindo a sua intensidade ou duração.
 - (B) a intervenção antes da instalação do conflito, atuando sobre condições que predisõem ao conflito.
 - (C) a desescalonização do conflito, procurando desarmar as partes diretamente envolvidas.
 - (D) a reunião de confrontação entre as partes, para que cada uma defenda a sua posição.
 - (E) um processo estruturado para a solução do conflito, com etapa de identificação, discussão e solução.



40. Um dos principais instrumentos para a gestão do desempenho é a avaliação, a qual, pode basear-se em instrumentos de medição de objetivos ou subjetivos, estes últimos baseados em percepções e opiniões do avaliador, ensejando alguns riscos de desvios ou erros de avaliação. Nesse contexto, uma avaliação contaminada por recenticidade ocorre quando o avaliador
- (A) leva em conta apenas os últimos acontecimentos, com os correspondentes erros e acertos do avaliado.
 - (B) permite que ressentimentos ou percepções de cunho pessoal se sobreponham à avaliação técnica da performance do avaliado.
 - (C) generaliza um aspecto extremamente positivo ou negativo da atuação do avaliado para todos os demais fatores que deveriam ser avaliados separadamente.
 - (D) utiliza critérios de preferência ou antipatia pessoal para, deliberadamente, privilegiar ou prejudicar os avaliados.
 - (E) projeta qualidades e defeitos que são do próprio avaliador, contaminando seu julgamento quanto ao avaliado.
-
41. A adoção da gestão estratégica de pessoas por competências pressupõe a etapa de mapeamento de competências, na qual
- (A) são identificadas as forças e fraquezas da organização e os desafios e oportunidades para sua atuação.
 - (B) são classificados os profissionais mais habilitados para as posições e funções estratégicas.
 - (C) ocorre uma prospecção no mercado para captação de novas competências para a organização.
 - (D) são aplicadas técnicas e dinâmicas para o desenvolvimento das competências desejadas para a organização.
 - (E) se identificam as habilidades comportamentais e técnicas desejáveis para cada cargo da organização.

-
42. Entre as características e elementos do planejamento estratégico que o diferenciam do planejamento operacional, insere(m)-se:
- I, estabelecimento de metas de longo prazo e dos meios para alcançá-las.
 - II, a atuação dos principais dirigentes da organização.
 - III, a postergação de decisões estratégicas para o longo prazo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) I.
-
43. No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros envolvidos na execução dos contratos administrativos, a regra geral é que a duração dos contratos seja adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, comportando, contudo, algumas exceções, nos termos disciplinados pela Lei nº 8.666/1993. Entre tais exceções, insere(m)-se a(s) relacionada(s) aos contratos decorrentes de:
- I, projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório.
 - II, fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, contratados com dispensa de licitação mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão, que poderão, caso haja interesse da Administração, ter vigência por 120 meses.
 - III, aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 60 meses após o início da vigência do contrato, mediante sucessivas prorrogações por iguais períodos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e II.



44. Suponha que o Município de Macapá, objetivando a rápida construção de uma escola em terreno de sua titularidade, tenha instaurado procedimento licitatório único, tendo como objeto conjunto a alienação do imóvel e a construção da unidade escolar. Nesse diapasão, o edital correspondente estabeleceu, como contrapartida ao valor das obras contratadas, a transferência da titularidade do imóvel ao particular após o prazo de 20 anos, quando, então, desativaria a escola. De acordo com os preceitos constitucionais aplicáveis e com as disposições da Lei nº 8.666/1993, referida licitação afigura-se juridicamente
- (A) inviável, por afronta ao princípio da legalidade, eis que adotada modalidade e procedimento não previsto em lei, com restrição ao caráter competitivo da licitação.
 - (B) inviável, salvo se comprovada economicidade da opção, comparada ao modelo tradicional de licitações individualizadas para cada objeto.
 - (C) viável, eis que é permitida a instituição de requisitos de participação e de formação de preço não expressamente previstos em lei, a critério da autoridade licitante.
 - (D) inviável, devendo a autoridade optar, na situação narrada, por dispensa de licitação, caracterizando o valor devido pelas obras como dação em pagamento pela alienação do imóvel.
 - (E) viável, desde que haja perfeita correspondência entre o valor das obras e o valor do imóvel, ambos apurados mediante prévia avaliação e situação de emergência devidamente comprovada.

45. O diretor de uma empresa decide dividir uma quantia, em reais, entre 3 empregados da empresa (Carlos, Henrique e Miguel) em partes diretamente proporcionais ao tempo de registro destes empregados na empresa e inversamente proporcionais aos números de dias de faltas respectivas em um determinado período. A tabela abaixo fornece as informações correspondentes para o cálculo da divisão.

Empregado	Tempo de registro (anos)	Número de dias de faltas
Carlos	20	2
Henrique	15	1
Miguel	10	4

Se Carlos recebeu R\$ 9.000,00 a mais que Miguel, então Henrique recebeu

- (A) R\$ 12.000,00
 - (B) R\$ 15.000,00
 - (C) R\$ 13.500,00
 - (D) R\$ 18.000,00
 - (E) R\$ 14.400,00
46. Uma pessoa aplicou 35% de seu dinheiro a uma taxa de juros de 9% ao ano, durante 5 meses, sob o regime de capitalização simples. O restante do dinheiro ela aplicou a uma taxa de juros de 5% ao semestre, durante 1 ano, sob o regime de capitalização composta. Se o total de juros auferidos na segunda aplicação foi de R\$ 1.332,50, então, o montante correspondente da primeira aplicação foi igual a
- (A) R\$ 7.490,00
 - (B) R\$ 7.262,50
 - (C) R\$ 7.781,25
 - (D) R\$ 6.743,75
 - (E) R\$ 7.717,50



47. Em um guichê de uma repartição pública, verificou-se o número de atendimentos registrados por dia durante um período de 40 dias. A tabela abaixo apresenta o resultado desta verificação, sendo que não foram fornecidas as quantidades de dias em que ocorreram 2 e 3 atendimentos (na tabela, denominadas por x e y , respectivamente).

Número de atendimentos	0	1	2	3	4	5	Total
Quantidade de dias	3	8	x	y	8	2	40

Se o valor apurado para a mediana foi igual a 2,5, então o módulo da diferença entre a moda e a média aritmética (número de atendimentos por dia) foi de

- (A) 0,00
(B) 1,00
(C) 0,45
(D) 0,55
(E) 0,50
-
48. Considere que a tabela abaixo fornece as probabilidades respectivas de n ocorrências de um evento ($0 \leq n \leq 4$) em um determinado dia. Sabe-se que não se verificam mais que 4 ocorrências em um dia.

Número de ocorrências (n)	0	1	2	3	4
Probabilidades	a	b	$2a$	b	a

Se a probabilidade de que o evento ocorra mais que uma vez em um dia é igual a 62,5%, então a probabilidade de que ele ocorra uma vez em um dia é igual a

- (A) 15,0%
(B) 30,0%
(C) 25,0%
(D) 20,0%
(E) 24,0%
-
49. A servidão ambiental
- (A) é temporária, sendo vedada, em qualquer hipótese, a servidão ambiental perpétua.
(B) não possui valor econômico, sendo vedado ao seu detentor aliená-la.
(C) possui o prazo mínimo de 10 anos.
(D) não possui valor econômico, sendo vedado ao seu detentor cedê-la ou transferi-la.
(E) não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida

-
50. Com relação à prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, considere:
- I. É caracterizada, dentre outros, por um único prestador do serviço para vários Municípios.
II. As atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.
III. Não poderá ser realizada por fundação de direito público ou sociedade de economia mista estadual ou do Distrito Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
(B) I e III.
(C) I e II.
(D) I.
(E) III.